

Inovação na cobrança de dívidas



Por Sofia de Sales Sousinha*

Foi publicada, no passado dia 30 de maio, a Lei 32/2014, que aprovou o denominado procedimento extrajudicial pré-executivo (Pepex).

Trata-se de um novo mecanismo legal, de natureza facultativa, que permite ao credor identificar bens penhoráveis através da consulta a bases de dados de acesso direto eletrónico.

Este é um procedimento totalmente inovador e visa, essencialmente, facilitar e tornar mais eficaz o processo de cobrança de dívidas. O que até esta data só era possível obter por meio da interposição de ação executiva, está agora ao dispor de qualquer credor através deste novo procedimento extrajudicial.

Com efeito, a partir do próximo dia 1 de setembro – data da entrada em vigor desta Lei –, será possível ao credor, através de um agente de execução, ter acesso a determinadas bases de dados – administração tributária, segurança social, registo civil, registo nacional de pessoas coletivas, registo predial, registo comercial, registo automóvel e outras –, com o intuito de recolher informação acerca do seu devedor e dos eventuais bens suscetíveis de penhora de que aquele seja titular, sem passar necessariamente pela interposição de uma ação executiva.

Desde logo, podem ser apontadas a este novo procedimento as seguintes vantagens: (i) contribuir para a diminuição de pendências judiciais, (ii) poder consistir num meio de resolução alternativa de litígios e (iii) permitir a obtenção de certidão de incobrabilidade de modo mais simples e célere e menos oneroso.

O facto de ser possível ao credor verificar, em momento prévio à interposição de ação executiva para pagamento de quantia certa, se determinado devedor é ou não titular/ proprietário de bens ou direitos que possam permitir a satisfação do seu crédito, leva aquele, em caso negativo, a não interpor qualquer ação para cobrança do seu crédito, por inútil. Tal contribuirá, sem dúvida, para a diminuição das pendências judiciais.

Por outro lado, se das buscas efetuadas pelo agente de execução resultar a inexistência de bens suscetíveis de penhora, então, a requerimento do credor, o devedor será notificado para, entre outras e no prazo de 30 dias, proceder ao pagamento voluntário da quantia em dívida ou celebrar acordo de pagamento em prestações da quantia em dívida. Se o devedor assim proceder, pôr-se-á fim ao litígio.

Por último, e decorrendo o prazo de 30 dias sem que o devedor nada faça, o agente de execução procederá à sua inclusão na lista pública de devedores, permitindo ao requerente do procedimento, i.e., ao credor, obter certidão eletrónica de incobrabilidade da dívida a emitir, de imediato, pelo agente de execução.

Ora, o facto de o credor poder ver a sua dívida considerada incobrável para efeitos fiscais, sem necessidade de interpor uma ação executiva e, logo, de forma mais rápida e menos onerosa, é uma das novidades trazidas por este novo mecanismo legal e uma das suas inegáveis vantagens. Desde logo, pela rapidez com que a certidão de incobrabilidade poderá ser obtida.

Desde a apresentação do requerimento inicial na plataforma informática do Ministério da Justiça, que será criada especificamente para o efeito, e da sua distribuição automática e aleatória a um agente de execução, o procedimento extrajudicial pré-executivo permite a obtenção de certidão de incobrabilidade num lapso temporal que, idealmente, e se todos os prazos previstos na Lei forem cumpridos, será de até quatro meses. Prazo que, na ação executiva, seria largamente ultrapassado.

Por outro lado, também os custos inerentes ao procedimento extrajudicial pré-executivo se revelam, de acordo com a Lei agora publicada, bastante menores que os praticados em sede de ação executiva, o que não pode deixar de ser tido em conta.

Embora a Lei que institui este novo procedimento entre em vigor no próximo dia 1 de setembro de 2014, deixa alguns, relevantes, aspetos para ser regulados por portaria, como é o caso da criação da plataforma informática de apresentação do requerimento inicial e restantes atos, das regras de distribuição dos requerimentos pelos agentes de execução, dos termos das consultas às bases de dados e dos modelos de notificação e de requerimentos a ser utilizados.

Ainda assim, todas as vantagens de que se reveste o Pepex, e que *supra* se enunciaram, fazem deste procedimento um mecanismo muito ansiado por todos aqueles que têm créditos a cobrar. ■

*Partner da Pedro Pinto, Bessa Monteiro, Reis, Branco, Alexandre Jardim & Associados
Email: sofia.sousinha@pbbr.pt